



Coleção Fórum
**FERNANDO MÂNICA DE
DIREITO DO TERCEIRO SETOR**

FERNANDO MÂNICA

FUNDAMENTOS DE DIREITO DO TERCEIRO SETOR

UM GUIA PARA COMPREENDER O
CONCEITO, A ORIGEM E O REGIME
JURÍDICO DAS ENTIDADES SEM FINS
LUCRATIVOS NO BRASIL

Prefácio

Marçal Justen Filho

1

Área específica da obra

Direito Público

Áreas afins do livro

Direito Administrativo, Direito Civil, Teoria
Geral do Direito, Direito Constitucional.
Direito do Terceiro Setor.

Público-alvo/consumidores da obra

Professores de Direito, alunos de graduação e
pós-graduação em Direito, gestores públicos,
órgãos de controle, Ministério Público e
magistratura.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10003169

Nos últimos vinte anos, temos defendido o ponto de vista de que nenhum projeto que busque solução para os nossos diversos e graves problemas sociais e ambientais terá sucesso efetivo se não estiverem nele envolvidos os três setores que compõem o Estado: Governo (primeiro setor), Mercado (segundo setor) e Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos (terceiro setor), cada um exercendo seu papel institucional de forma independente e complementar.

Sobre o chamado Terceiro Setor esparsa e confusa é a legislação e escassa a boa doutrina.

Nesta obra *Fundamentos de Direito do Terceiro Setor*, temos mais uma grande contribuição trazida pelo jovem e talentoso Professor Doutor Fernando Borges Mânica, a facilitar nossa melhor compreensão sobre o importante tema desse direito social, que aflora contemporaneamente como pilar indispensável para o sucesso das administrações públicas.

Como estudioso do tema há mais de trinta anos, asseguro que perscrutar a presente obra é imprescindível para todos os que militam no que temos chamado de Direito Social, bem como indispensável aos gestores das instituições dos três setores.

Tomáz de Aquino Resende

Procurador-Geral do Município de Belo Horizonte/MG. Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/MG. Procurador de Justiça aposentado do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Especialista e Consultor em Terceiro Setor e Intersetorialidade. Especialista em Controle Externo da Administração Pública (PUC Minas). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Oeste de Minas. Advogado. Autor de livros, Professor e Palestrante.

M278f

Mânica, Fernando

Fundamentos de Direito do Terceiro Setor: um guia para compreender o conceito, a origem e o regime jurídico das entidades sem fins lucrativos no Brasil / Fernando Mânica. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 153 p. : il. ; 14,5cm x 21,5cm. – (Coleção Fernando Mânica de Direito do Terceiro Setor ; v.1)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5518-310-8

1. Direito. 2. Direito Público. 3. Direito Administrativo. 4. Direito Civil. 5. Teoria Geral do Direito. 6. Direito Constitucional. 7. Direito do Terceiro Setor. I. Título. II. Série.

CDD 341

CDU 343

2021-4294

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MÂNICA, Fernando. *Fundamentos de Direito do Terceiro Setor: um guia para compreender o conceito, a origem e o regime jurídico das entidades sem fins lucrativos no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 153 p. ISBN 978-65-5518-310-8.

Fernando Mânica

Doutor em Direito pela USP. Mestre em Direito pela UFPR. Pós-Graduado em Terceiro Setor pela FGV-SP. Advogado. Procurador do Estado do Paraná. Coordenador científico do Portal das OS. Coordenador da empresa 3COMPLY – Consultoria e Treinamento em Conformidade Ltda. EPP. Professor do mestrado profissional da Universidade Positivo. Membro da Asociación Internacional de Derecho Administrativo – AIDA. Certificado em Gestão de Projetos na Saúde pelo Hospital Albert Einstein. Certificado em Análise de Custos e Benefícios na Saúde pela Harvard School of Public Health.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Marçal Justen Filho	9
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
O CONCEITO DE TERCEIRO SETOR	17
1.1 Elemento subjetivo: as instituições do terceiro setor	18
1.1.1 Personalidade jurídica de direito privado	19
1.1.2 Voluntariedade e autonomia	22
1.1.2.1 Entidades estatais	24
1.1.2.2 Entidades paraestatais	24
1.1.2.3 Entidades não estatais	26
1.1.3 Finalidade não lucrativa	26
1.1.3.1 Lucro e <i>superávit</i>	28
1.1.3.2 Atividade econômica e finalidade econômica	29
1.1.3.3 Gratuidade e cobrança por serviços prestados	30
1.1.3.4 Finalidade lucrativa e <i>mais-valia</i>	30
1.1.3.5 Remuneração de dirigentes	31
1.2 Elemento objetivo ou material: as atividades do terceiro setor	33
1.2.1 Interesse mútuo e interesse público	35
1.2.2 Interesse público e interesse estatal	38
1.2.3 Interesse público e direitos fundamentais	39
1.2.4 Modos de atuação do terceiro setor	42
1.2.4.1 Atividade prestacional	44
1.2.4.1.1 Serviços de relevância pública	44
1.2.4.1.2 Serviços públicos sociais	45
1.2.4.2 Atividade promocional: defesa, construção e difusão de direitos	45
1.2.4.3 Atividades instrumentais	48
1.2.4.3.1 Atividades de gestão	48
1.2.4.3.2 Atividades financeiras	48
1.3 Elemento formal: o regime jurídico do terceiro setor	49
1.3.1 Regime jurídico de direito público e de direito privado	50
1.3.2 Critérios para a definição do regime jurídico do terceiro setor	52
CAPÍTULO 2	
O TERCEIRO SETOR NA HISTÓRIA	57
2.1 O Estado na história: direitos fundamentais e terceiro setor	58
2.1.1 Terceiro setor no Estado de Direito	60
2.1.1.1 A dissolução das instituições do terceiro setor	61
2.1.1.2 O reconhecimento das instituições do terceiro setor	63
2.1.2 Terceiro Setor no Estado social e democrático de Direito	64
2.1.2.1 O fomento ao terceiro setor	65
2.1.2.2 Os novos modelos de colaboração entre Estado e terceiro setor	68
2.2 O Estado brasileiro e o terceiro setor	71
2.2.1 Brasil Colônia	73
2.2.2 Império	75
2.2.3 Primeira República	77
2.2.4 Era Vargas	78
2.2.5 Segunda República	81
2.2.6 Período ditatorial e redemocratização	83
2.2.7 Constituição de 1988	86
2.2.8 Inovações e perspectivas pós-Constituição de 1988	92
2.2.8.1 Organizações Sociais	93
2.2.8.2 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs	94

2.2.8.3	A nova lei do CEBAS	95
2.2.8.4	Organizações da Sociedade Civil – OSCs	96

CAPÍTULO 3

DIREITO DO TERCEIRO SETOR		97
3.1	Princípios do Direito do Terceiro Setor	99
3.1.1	Princípios que garantem a ausência de óbices para a criação e a organização de instituições do terceiro setor	100
3.1.1.1	Liberdade de associação e incentivo ao associativismo	101
3.1.1.2	Liberdade de adesão e afastamento de associados	103
3.1.1.3	Vedação à interferência estatal	103
3.1.1.4	Imunidade tributária	104
3.1.1.4.1	Imunidade a impostos	105
3.1.1.4.2	Imunidade a contribuições para a seguridade social	107
3.1.2	Princípios que preveem a participação do terceiro setor na concretização dos direitos fundamentais	109
3.1.2.1	Princípio da solidariedade	110
3.1.2.2	Princípio da cidadania	114
3.1.2.3	Princípio da livre-iniciativa e da subsidiariedade	118
3.1.3	Princípios que fundamentam a celebração de parcerias entre o Estado e instituições do terceiro setor	125
3.1.3.1	Princípio da eficiência	125
3.1.3.2	Princípio da descentralização	129
3.1.3.3	Princípio da complementaridade	133
3.2	Legislação do terceiro setor	136
3.2.1	Direito Constitucional	137
3.2.2	Direito Civil e Direito Empresarial	137
3.2.3	Direito Administrativo	138
3.2.4	Direito Financeiro	140
3.2.5	Direito Tributário	141
3.2.6	Direito do Trabalho	143
3.2.7	Direito Processual Civil	145
3.2.8	Direito Internacional Privado	148
REFERÊNCIAS		149